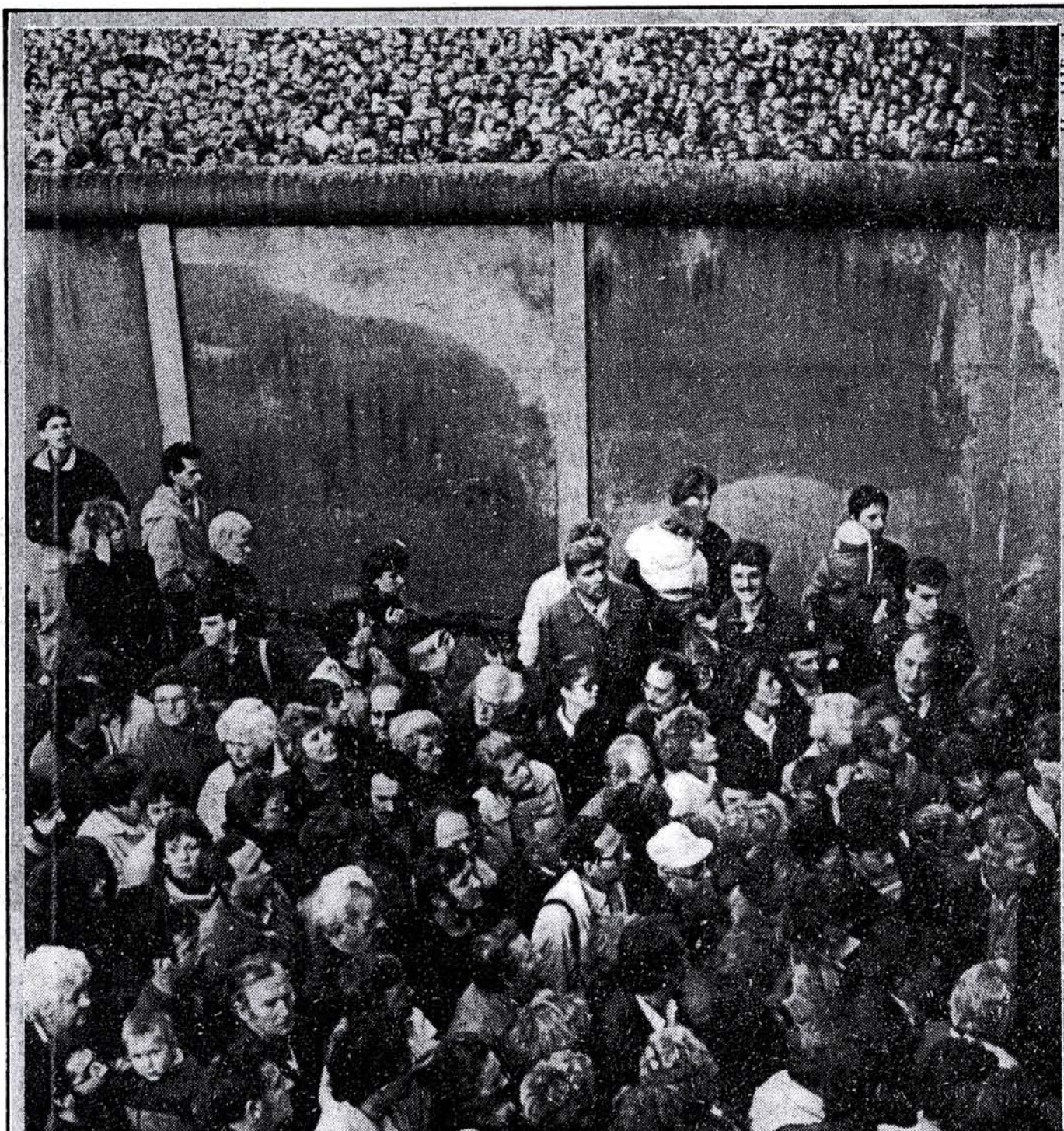


Programação de setembro

As Áreas de Concentração e Grupos de Estudos do IEA prosseguem em setembro com sua programação de atividades abertas, não apenas ao meio acadêmico, mas a todos os interessados.

No dia 12, às 14h, acontece o seminário "Transformações na Europa do Leste: O Impacto na Esquerda Ocidental", com Osvaldo Coggiola, Michael Löwy, Jorge Altamira e Pierre Broué. No dia 13, também às 14h, haverá o seminário "As Perspectivas das Transformações na Europa do Leste e na URSS", com Lenina Pomeranz, Aleksandr Mikhailovitch Pochtchekoldin, Valery Pisigin e Miklós Kun.

"Controle Civil do Programa Nuclear" é o tema do seminário que será realizado no dia 14, às 17h. A direção do debate estará a cargo do reitor da USP, Roberto Leal Lobo e Silva Filho, e os relatores serão o contra-almirante Othon Luís Pinheiro da Silva, presidente da Coordenadoria de Projetos Especiais da Marinha (Copesp), e o físico Luís Carlos de Menezes, da USP. Leia sobre estes e os outros eventos de setembro nas páginas 4 e 5.



Em novembro de 1989, a fronteira entre as Alemanhas foi aberta

A UNIFICAÇÃO ALEMÃ

"A Unificação das Duas Alemanhas" é o tema da mesa-redonda que o IEA realiza em sua sede no dia 25 de setembro, às 9h30, em colaboração com

o Instituto Goethe de São Paulo. Dela participarão os professores alemães Horst Bahro, da Universidade de Colônia, e Alois Wenig, da Universidade de Hagen.

A teoria da democracia

O cientista político italiano Michelangelo Bovero (foto), da Universidade de Turim, discutiu as atuais tendências da teoria da democracia em conferência realizada em agosto. Para ele, o fator preponderante para a preferência quase universal pela democracia é o seu valor ético. Páginas 2 e 3.



Mauro Bellesini/IEA

Impactos da nova política industrial

Pág. 7

Ivanov fala sobre Congresso da URSS

Pág. 8

O valor ético da democracia

Para Michelangelo Bovero, a preferência hoje quase universal pela democracia só pode ser justificada ao se reconhecer um valor ético nas técnicas democráticas

Os acontecimentos de 1989 no Leste Europeu não são importantes apenas para a análise do fracasso do chamado socialismo real. Constituem também uma oportunidade de avaliação das democracias ocidentais. Para essa análise, é preciso recorrer à teoria da democracia. Esses foram os pontos centrais da conferência do cientista político italiano Michelangelo Bovero, da Universidade de Turim, realizada na Sala do Conselho Universitário em agosto, como parte das atividades da Área de Concentração em Assuntos Internacionais.

Segundo Bovero, as reivindicações de democracia na Europa Oriental estão inspiradas nos mesmos princípios fundamentais das democracias ocidentais: eleições livres com alternativas não-fictícias, legitimidade da oposição, debate público livre e gestão transparente do poder.

Ele disse que em 1989 ficou claro que a democracia em seu verdadeiro sentido é apenas aquela regida pelas "quatro grandes liberdades dos modernos" (expressão recentemente utilizada por Norberto Bobbio). A primeira é a liberdade pessoal, ou o direito de não ser preso arbitraria-

mente, da qual a liberdade de locomoção pode ser considerada uma extensão. A segunda é a liberdade de opinião e de imprensa. A terceira é a liberdade de reunião (direito de protesto coletivo). A quarta é a liberdade de associação (sindicatos e partidos políticos, por exemplo).

Quanto à reflexão teórica, Bovero não vê hoje a existência de teorias rivais sobre a democracia. "Estou convencido que onde se discute ainda sobre dois ou mais tipos diferentes de democracia (como de vez em quando acontece na Itália) o debate está culturalmente atrasado."

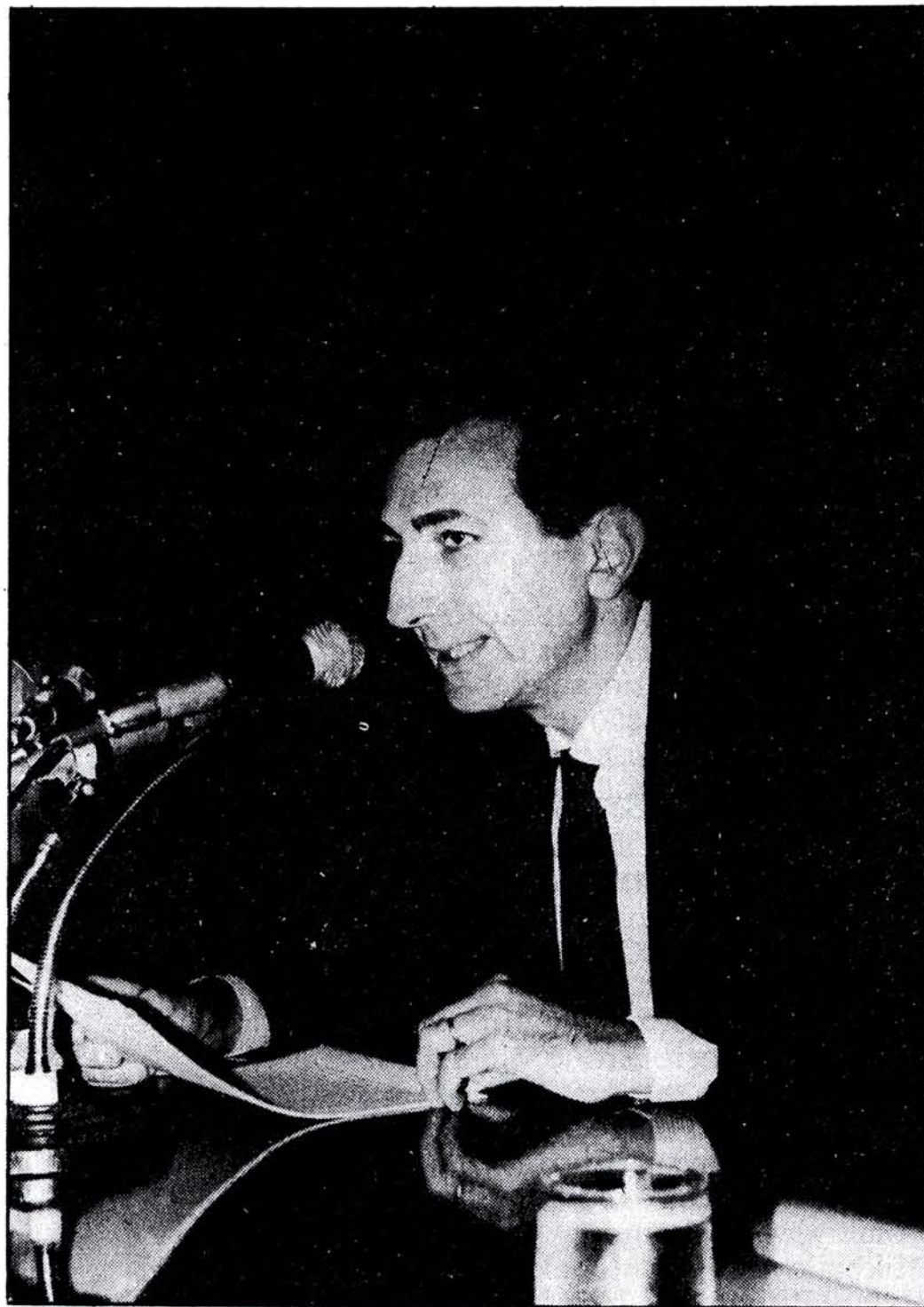
Ele recordou a discussão que há alguns anos envolvia os defensores da chamada "democracia formal" e os partidários da chamada "democracia substancial". Os marxistas criticavam a democracia formal (chamavam-na também de liberal ou burguesa), considerando-a uma democracia aparente. A ela, contrapunham a democracia substancial, que seria a única autêntica. Na verdade, disse Bovero, os dois conceitos não eram facilmente confrontáveis, porque estavam em planos diferentes: o de democracia formal

referia-se às formas de distribuição e de exercício do poder; o de democracia substancial estava ligado principalmente ao conteúdo e ao êxito social do exercício do poder. "A primeira continuava a ser, como sempre fora, a noção de uma forma política, de uma forma de governo; a segunda era a noção de um conteúdo social."

Para Bovero, essa distinção agora está ultrapassada e apenas um aspecto de confronto entre as duas concepções continua a ser pertinente: a oposição entre a democracia formal (considerada representativa) e a democracia direta. Mas exceto a discussão sobre o valor de certos institutos de democracia direta, como o *referendum*, não existe, na opinião dele, uma teoria que repropõe de modo articulado e atualizado uma forma de democracia direta como alternativa global à democracia representativa. "Para os modernos, a única democracia que merece verdadeiramente esse nome é a democracia formal e representativa."

Pesquisas

Apesar de não existirem atualmente concepções opostas e exclu-



Bovero: " Não existem mais teorias opostas sobre a natureza da democracia"

dentes sobre a democracia, a reflexão teórica sobre o tema está fragmentada em inúmeras tendências, destacou o conferencista. Para ele, a questão parece ser metodológica. De forma geral, ele distingue três perspectivas principais, que correspondem a três tipos de teoria da democracia (nas quais incluem-se muitas variantes): uma teoria jurídica, uma teoria politológica e uma teoria econômica da democracia.

A perspectiva jurídica concentra sua atenção nas regras (as "regras do jogo"), e identifica a democracia com um conjunto de procedimentos que permitem ou favorecem a participação direta ou indireta dos cidadãos nos vários graus do processo decisório político. Dentro dessa tendência, Bovero destacou as posições de Hans Kelsen e a definição mínima da democracia proposta por Norberto Bobbio.

Na perspectiva politológica a ênfase está nas efetivas estruturas de poder presentes nas várias coletividades. Nela são reconhecidos como sujeitos politicamente relevantes os diversos grupos e associações, organizações com relativa autonomia. Por isso ela "tende a redefinir a democracia como poliarquia — basta pensar em Giovanni Sartori (sobretudo os estudos sobre sistemas de partidos) e em Robert Dahl, que chamou de 'Poliarquia' um famoso estudo sobre democracias reais".

A perspectiva econômica destaca o comportamento dos atores do processo político democrático (eleitores, grupos, partidos, governos, burocracias, etc.), levando a interpretá-lo de maneira similar ao comportamento dos atores econômicos. A democracia seria um tipo particular e complexo de mercado: os eleitores "compram" iniciativas que lhes são favoráveis e pagam em votos; os políticos "vendem" iniciativas em troca de votos. Bovero lembrou o trabalho de Antony Downs, que em 1957 publicou "An Economic Theory of Democracy", obra que teve desenvolvimentos na escola de *Public Choice*, cujos nomes de destaque são James Buchanan e Gordon Tullock.

Regras

De acordo com a "definição mínima" de Bobbio, a democracia consiste num conjunto de regras. Elas estabelecem que sujeitos têm o direito-poder de participar do processo decisório político e mediante que procedimentos o processo deve se desenvolver. "A democracia resulta, em suma, de um princípio e de

Desilusões no Leste Europeu

Havia a expectativa, segundo Bovero, de que as eleições no Leste Europeu propiciassem novas identidades políticas, idéias e programas originais, pelo fato de darem início não só à liquidação do socialismo real, mas também a um balanço crítico das democracias reais.

Ele disse que o tom de triunfo que muitas pessoas exibiam em proclamações da morte do comunismo não conseguiu fazer esquecer que o sistema capitalista não representa o melhor dos mundos possíveis, e que a procura por alternativas mais justas não deveria ser sufocada. "Como se poderia aplaudir a morte de um ideal que se propunha, ainda que tendo fracassado, liberar a humanidade da morte por fome, da opressão racial, da exploração do indivíduo? Por que não se poderia admitir que formas novas de interpretação desses ideais poderiam contribuir para a melhoria da

própria qualidade das democracias reais?"

O conteúdo dos debates políticos e as eleições na Europa Oriental aniquilaram todas as ilusões, disse Bovero. "A queda dos partidos comunistas era prevista, mas não o desaparecimento dos partidos de esquerda democrática."

Todavia, ele não acredita que a esquerda democrática esteja condenada a desaparecer ou a ter, no máximo, um papel corretivo, cada vez mais marginal e patético. "O trabalho agora é voltarmos a nos interrogar sobre possíveis interpretações dos valores-guias da modernidade, ou seja, dos valores de liberdade e igualdade, sobre os equilíbrios nos quais é possível compô-los e sobre possíveis modos de traduzi-los em um projeto completamente novo — um novo desenho das instituições fundamentais da sociedade tendo em vista a emancipação humana."

uma regra: o princípio 'cada cabeça um voto' mais a regra de maioria." Ou seja: *quem decide, e como*. "Isso significa que a natureza da democracia não têm nenhuma relação com *o quê* é decidido." A democracia não é definida como tal por nenhuma constelação de valores finais que orientem sobre o conteúdo das decisões políticas. Isso significa que "a democracia *pour le peuple* não é como tal democracia; só vem a sê-lo quando é *par le peuple*".

Mas se a democracia é só uma técnica, como se pode dizer que ela tem um valor, ou que é um valor digno de ser escolhido entre todas as formas políticas? Bovero argumentou que não se consegue justificar a preferência hoje quase universal pela democracia se não reconhecermos nela um valor ético.

Ele citou que Bobbio no ensaio "O Futuro da Democracia" indica quatro ideais correspondentes a quatro valores não-instrumentais das regras técnicas da democracia: tolerância, não-violência, renovação através do debate livre e, finalmente, fraternidade. Esses valores atendem ao critério do *como* se decide. Entretanto, Bovero insiste que o valor principal em virtude do qual um regime democrático é considerado digno de ser escolhido em detrimento de um regime autocrático

está relacionado sobretudo com o critério do *quem decide*.

Problemas

Bovero concorda com a tese de que as democracias apresentam hoje graves problemas. Bobbio fala de promessas não mantidas; Dahl, de dilemas da democracia pluralista; Buchanan, de falência do estado e do mercado, ou de democracia em déficit. "Dahl recorre sistematicamente ao confronto entre democracia real, rebatizada como poliarquia, e democracia ideal, centrada na idéia-limite de autogoverno dos cidadãos."

Para Bovero, esse confronto analítico é um dos trabalhos principais que a teoria política deverá desenvolver. Ele indica três objetivos principais de pesquisa e reflexão: 1. as pre-condições de democracia (garantias que possibilitem a sua existência); 2. os mecanismos internos do processo democrático (para identificação de deformações e soluções); 3. as possíveis extensões do método democrático — das técnicas de democracia formal — às várias articulações da sociedade civil em direção a uma possível democracia social.

Transformações na URSS e na Europa Oriental

Em setembro o IEA realiza, em colaboração com o Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, dois seminários com o objetivo de discutir as transformações sociais e políticas na União Soviética e na Europa Oriental, suas perspectivas e seu impacto no Ocidente, especialmente na América Latina.

No dia 12, às 14h, Michael Löwy (CNRS, França), Jorge Altamira (Universidade de Buenos Aires, Argentina), Pierre Broué (Universidade de Grenoble, França) e Osvaldo Coggiola (FFLCH/USP) abordam o tema "Transformações na Europa do Leste: o Impacto na Esquerda Ocidental".

No dia 13, às 14h, Aleksandr Mikhailovitch Pochtchekoldin (Instituto de Marxismo-Leninismo, URSS), Valery Pisigin (presidente do Clube Bukharin, URSS), Miklós Kun (Universidade de Budapeste, Hungria) e Lenina Pomeranz (Faculdade de Economia e Administração/USP) discutem "As Perspectivas das Transformações na Europa do Leste e na URSS".

estudos AVANÇADOS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Roberto Leal Lobo e Silva Filho
Vice-Reitor: Ruy Laurenti

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS

Conselho Diretor: Jacques Marcovitch (diretor), Alfredo Bosi (vice-diretor), Carlos Guilherme Mota, Geraldo Forbes, Gerhard Malnic e Paul Singer.

Assistente Técnico Acadêmico: Rubem Affonso Beltrão Junior.

Equipe de Redação: Mauro Marcos de Oliveira Bellesia (responsável); Dario Borelli e Marco Antonio Coelho.
Diagramação, Composição, Arte-Final, Fotolitos e Impressão pela Divisão de Artes Gráficas da Coordenadoria de Comunicação Social da USP.

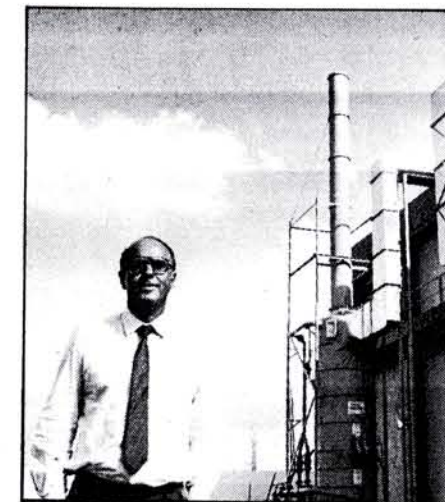
INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374, térreo, Cidade Universitária, CEP 05508, São Paulo, SP. Telefone: 813-3222, ramais 2519 e 2730. Fax: 211-9563.

PROGRAMAÇÃO IEA – SETEMBRO 1990

DIA	HORÁRIO	TEMA	CONFERENCISTA	ÁREA/GRUPO
4	16h	A AMÉRICA LATINA DIANTE DA CONSTITUIÇÃO DE UM MERCADO CONTINENTAL	Paulo Nogueira Batista (Ex-embaixador do Brasil na ONU)	Assuntos Internacionais
5	14h	SAÚDE E SISTEMAS DE DOMINAÇÃO: DESIGUALDADE NAS RELAÇÕES NORTE-SUL	Annie Thébaud-Mony (Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale)	Seminário
10	10h30	INSTRUMENTOS DE INDUÇÃO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	Jacques Marcovitch, Roberto Sbragia (FEA/USP)	Política Científica e Tecnológica, em colaboração com o Núcleo de Política e Gestão em Ciência e Tecnologia/USP
10	17h	CHEMISTRY AND UNIVERSITIES IN THE XVII CENTURY	Allen G. Debus (Universidade de Chicago)	Conferência do Mês
12	14h	TRANSFORMAÇÕES NA EUROPA DO LESTE – O IMPACTO NA ESQUERDA OCIDENTAL	Osvaldo Coggiola, Michael Löwy, Jorge Altamira e Pierre Broué	Assuntos Internacionais e História das Ideologias e Mentalidades
13	10h	BIOLOGIA MOLECULAR DAS PROTEÍNAS DE RESERVA DAS SEMENTES	Paulo Arruda (Centro de Biologia Molecular e Engenharia Genética/Unicamp)	Biologia Molecular
13	14h	AS PERSPECTIVAS DAS TRANSFORMAÇÕES NA EUROPA DO LESTE E NA URSS	Lenina Pomeranz, Aleksandr M. Pochtchekoldin, Valery Pisigin e Miklós Kun	Assuntos Internacionais e História das Ideologias e Mentalidades
13	17h	TOWARDS THE NOTION OF LOGICAL MANY – VALUEDNESS	Grzgorz Malinowski (Universidade de Lodz, Polônia)	Lógica e Teoria da Ciência
14	17h	CONTROLE CIVIL DO PROGRAMA NUCLEAR	Othon Pinheiro da Silva (Coordenadoria de Projetos Especiais da Marinha) e Luiz Carlos de Menezes (Instituto de Física/USP)	Política Científica e Tecnológica
20	17h	PODE A EPISTEMOLOGIA CONVERGIR PARA UMA TEORIA DA CIÊNCIA ESTÁVEL?	Roberto Martins (Centro de Lógica/Unicamp)	Lógica e Teoria da Ciência
20	21h	VERSÕES DO PAI EM PSICANÁLISE*	Jorge Forbes	Psicanálise e Conexões
21	14h	LINGUISTIQUE ET PSYCHANALYSE	Michel Arrivé (Universidade de Paris, França)	Psicanálise e Conexões
24	15h	O TEMPO NA ECONOMIA	Eduardo Gianetti da Fonseca (FEA/USP), Ignácio Rangel (Conselho Federal de Economia) e Gilson Schwartz (Instituto de Economia/Unicamp)	Estudos do Tempo
25	9h30	A UNIFICAÇÃO DAS DUAS ALEMANHAS	Horst Bahro (Universidade de Colônia) e Alois Wenig (Universidade de Hagen)	Assuntos Internacionais, em colaboração com o Instituto Goethe
25	14h	A HISTÓRIA COMPARATIVA DOS INTERCÂMBIOS CIENTÍFICOS E A HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA NA AMÉRICA LATINA	Simon Schwartzman (Nupes/USP), Patrick Petitjean (CNRS/França), Michel Paty (FFLCH/USP) e Maria Amélia Dantes (FFLCH/USP)	Seminário
25	17h	LÓGICA NÃO-REFLEXIVA E FUNDAMENTOS DA FÍSICA	Décio Krause (FFLCH/USP)	Lógica e Teoria da Ciência
26	14h	COMÉRCIO INTERNACIONAL, PATENTES E PROPRIEDADE INTELECTUAL	Richard Rozek, Politzer Kurt e Thomas Unger	Política Científica e Tecnológica e Assuntos Internacionais
27	14h30	METODOLOGIA E AS FORMAS DO CONHECIMENTO	Jorge de Albuquerque Vieira (URFJ)	Lógica e Teoria da Ciência

Local – Sede do IEA, exceto: (*) Anfiteatro Central da Faculdade de Saúde Pública.



Othon Pinheiro nas instalações de Iperó

Controle do Programa Nuclear

No dia 14 de setembro, às 17 horas, acontecerá o seminário "Controle Civil do Programa Nuclear". O debate será dirigido pelo reitor da USP, Roberto Leal Lobo e Silva Filho, e terá como relatores o contra-almirante Othon Luís Pinheiro da Silva, presidente da Coordenadoria de Projetos Especiais da Marinha (Copesp) – que administra o Centro Experimental Aramar – e o físico Luiz Carlos de Menezes, da USP. Participarão parlamentares, representantes da comunidade acadêmica e de órgãos governamentais da área, entre os quais José Goldemberg, secretário de Ciência e Tecnologia do governo federal.

O Centro Experimental Aramar, localizado em Iperó, SP, continua a desenvolver pesquisas nucleares, o que coloca na ordem do dia a necessidade de controle dessas atividades do Programa Nuclear Brasileiro.

A unificação das Alemanhas

No dia 25 de setembro, às 9h30, o IEA realiza em sua sede a mesa-redonda "A Unificação das Duas Alemanhas", que contará com a presença dos professores alemães Horst Bahro, da Universidade de Colônia, e Alois Wenig, da Universidade de Hagen.

Serão discutidos os aspectos políticos, econômicos e sociais da unificação da República Federal da Alemanha (RFA) e República Democrática Alemã (RDA), o papel desempenhado pelo líder soviético Mikhail Gorbachev e as repercussões na Comunidade Econômica Europeia.

A biotecnologia na América Latina

Os países em desenvolvimento que puderem se envolver com a biotecnologia devem fazê-lo, caso contrário perderão mercados de produtos agrícolas, a médio prazo, para países que obtêm menores custos, maior produtividade e melhor qualidade, graças às novas tecnologias. O alerta é do professor Frederick Buttel, da Universidade de Cornell (EUA). Ele esteve no IEA em agosto a convite do Grupo de Estudos de Economia da Biotecnologia.

Buttel dirige em Cornell um programa de "Biologia e Sociedade", onde avalia os impactos da biotecnologia aplicada na agricultura e pecuária e as conseqüências sociais disso. Ele participou do Escritório de Avaliação Tecnológica (Office of Technology Assessment - OTA) do Congresso dos Estados Unidos, onde conduziu um estudo sobre o impacto da biotecnologia na agricultura norte-americana, considerado um modelo para pesquisas similares desenvolvidas em outros países. Uma das atividades de Buttel no IEA foi a conferência "A Biotecnologia e o Futuro da Pesquisa em Agricultura e do Desenvolvimento na América Latina".

Ele acredita que países como Brasil, Argentina, México e Chile poderão ter bons resultados com a aplicação da biotecnologia na melhoria de espécies que necessitam de ambientes específicos e sobre as quais esses países já acumulam grande volume de informações. Como exemplos, Buttel citou as frutas chilenas, a soja e a laranja brasileiras e o trigo argentino. Nesses casos, os produtores não teriam grandes dificuldades na concorrência internacional.

Buttel vê com ceticismo a cooperação entre países em desenvolvimento na área biotecnológica, pois os recursos disponíveis são reduzidos. "Numa situação de escassez de recursos, os primeiros programas a serem atingidos seriam os multilaterais". Dois outros fatores são prejudiciais para a iniciativa: a concorrência em determinadas áreas, como acontece com a soja entre Brasil e Argentina; pouca massa crítica.

A cooperação Norte-Sul também apresenta várias barreiras, disse Buttel. "Com a redução da ajuda norte-americana na área de ciência e tecnologia, o Japão está assumindo esse papel, só que sem saber ao certo o que fazer, pois



Existem aplicações biotecnológicas viáveis para a América Latina, segundo Buttel

não tem tradição nisso". Além disso, não há interesse em repassar tecnologias de ponta, como de biologia molecular, por exemplo, para países que poderiam se transformar em concorrentes.

Há o fato também de no Primeiro Mundo os avanços em biotecnologia serem basicamente desenvolvidos nos laboratórios de grandes companhias, o que implica em propriedade industrial das novas tecnologias. Segundo Buttel, tudo indica ser pouco provável uma disseminação de conhecimentos comparável à que ocorreu durante a revolução verde, no pós-guerra, feita através de instituições de pesquisa internacionais.

Relações internacionais da China

A política da China de reforma e abertura para o Exterior não sofreu nenhuma alteração com os dramáticos acontecimentos de junho do ano passado em Pequim. Essa foi a conclusão apresentada na conferência feita no IEA, em agosto, pelo diplomata Chen Duqing, do Consulado da República Popular da China em São Paulo. Em sua exposição, além de transmitir dados sobre o desenvolvimento da economia de seu país, Duqing recapitulou os princípios e os atos de conduta internacional do governo chinês.

Em sua análise, afirmou que a conjuntura internacional está sofrendo enormes transformações, havendo uma distensão no relacionamento Leste-Oeste, mas que em diversas regiões do mundo continua reinando a intranqüilidade, porque aumenta o desnível econômico entre o Norte e o Sul. Devido a isso o mundo vive maiores turbulências e "os países socialistas e as nações



Chen Duqing: "Há evolução no relacionamento da China com os Estados Unidos, União Soviética, Japão e outros países"

em desenvolvimento estão enfrentando novos desafios".

Informando sobre a evolução satisfatória do relacionamento da China com os Estados Unidos, União Soviética, Japão, Índia e outros países, Duqing ressaltou que o mesmo ainda não sucede com o Vietnã. Explicou que a política internacional da China é a continuação de sua política interna, que objetiva alcançar, ainda neste século, quatro modernizações: na indústria, na agricultura,

na ciência e tecnologia e na defesa nacional. Para ele, seguindo o princípio de "um estado com dois sistemas", a China resolveu satisfatoriamente as questões de Hong Kong e Macau, mas continua pendente o caso da Taiwan, "questão interna chinesa, inserida na causa da reunificação chinesa".

Detendo-se no exame do intercâmbio Brasil-China, declarou que está se intensificando a cooperação entre os dois países. Deu como exemplo empreendimentos das empresas chinesas Minmetals, Sino-trans e Sino-Latino-Americana, que possuem filiais no Brasil, enquanto as brasileiras Cotia-Trading, Chitec-Forlab e outras possuem escritórios na China. Destacou dois fatos pouco conhecidos do grande público brasileiro: o de a Minmetals participar, em Minas Gerais, de uma empresa mista de produção de ferro gusa e o de o Ministério da Silvicultura chinês ter montado uma fábrica em Manaus.

A política industrial e a pesquisa tecnológica

A implantação da nova política industrial e de comércio exterior, patrocinada pelo presidente Collor, vai repercutir no setor de ciência e tecnologia. "Para enfrentar uma política industrial que fala em mais competição, com qualidade e produtividade, as indústrias terão que investir em laboratórios de pesquisa aplicada, aproveitando-se dos recursos humanos de qualidade formados pelas universidades", disse Gerhard Jacob, presidente do CNPq, durante a conferência "O Repensar da Política de Ciência e Tecnologia", realizada em agosto, na sede do IEA. O evento integrou o programa de atividades da Área de Concentração em Política Científica e Tecnológica do Instituto.

Os fabricantes de equipamentos eletrônicos estão entre os setores que mais precisam investir em pesquisa por causa da política liberalizante do governo, que acaba com as restrições às importações e adota o regime de liberdade de preços. A maneira como eles vão reagir e absorver a concorrência preocupa o presidente do CNPq. "Devido à lei de reserva de mercado para a informática, as indústrias do ramo têm proteção garantida até 92. Mas será que até lá elas serão capazes de competir, em preço e qualidade, com a concorrência internacional?" Essa é a razão pela qual, segundo ele, a liberalização da economia não é feita de ime-



diato: as indústrias nacionais necessitam de tempo para seu ajuste às novas condições de mercado.

Responsabilidades

Enquanto isso, os setores que realmente têm algo a perder com a entrada de produtos mais competitivos já começam a se mobilizar para sobreviver, pois a abertura da economia é vista como um fato irreversível. Entretanto, segundo Jacob, a adaptação das empresas instaladas no país aos novos tempos não deve se dar através de atos isolados. "As universidades, os institutos de pesquisa e as agências de fomento estão aí para isso. Essas instituições têm a responsabilidade de auxiliar as empresas com menor capacidade de competir com os produtos importados". Ele afirmou ainda que as universidades, principalmente as públicas e

as federais, precisam rever os seus processos de prestação de serviços e de extensão universitária, "adaptando-os à atual conjuntura".

O presidente do CNPq declarou que pretende apoiar o desenvolvimento da pesquisa tecnológica, através de programas interdisciplinares e interinstitucionais, e estimular a criação da carreira de pesquisador no setor produtivo. Tudo em nome da nova política industrial, que, segundo ele, "tem um fator de risco muito grande". "Apoiando a pesquisa tecnológica, o CNPq colabora com a modernização industrial", disse. Resta saber, agora, se determinadas indústrias farão ou não vistas grossas à eventual colaboração científica e tecnológica que o presidente do CNPq — maior e principal órgão de fomento à pesquisa brasileira — defende.

Gerhard Jacob, presidente do CNPq, foi apresentado pelo reitor da USP, Roberto Leal Lobo e Silva Filho (à dir.)

Diretrizes do governo

A universidade pode contribuir para o êxito da nova política industrial. Basta que ela forneça informações de caráter tecnológico e recursos humanos às indústrias nacionais que, com a abertura do mercado, terão que aumentar a competitividade.

Esta foi uma das conclusões do seminário "Política Industrial e Comércio Exterior", realizado no dia 19 de julho, na Faculdade de Economia e Administração da USP. O evento foi organizado pela Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas (Anpei) em colaboração com o IEA.

Luiz Paulo Vellozo Lucas, diretor do Departamento de Indústria e Comércio do Ministério da Economia, disse que a nova política industrial



Lourival do Carmo Mônaco e Luiz Paulo Vellozo Lucas discutiram com empresários paulistas a nova política industrial

apóia-se em três pontos fundamentais: aumento da competitividade da indústria nacional através da diminuição de alíquotas de importação; combate à oligopolização de diversos setores da economia e transparência na concessão de subsídios às empresas. "As empresas brasileiras terão que se adequar às tecnologias modernas, adquirindo novas máquinas e equipamentos no exterior. Além disso, elas devem se beneficiar dos recursos humanos e informações tecnológicas provenientes das universidades e centros de pesquisa."

Para Lourival do Carmo Mônaco, chefe do Departamento de Tecnologia da Secretaria de Ciência e Tecnologia, os avanços científicos e tecnológicos em áreas estratégicas obtidos nos últimos anos poderão ser empregados no incremento da indústria nacional. "O setor produtivo não deve prescindir do apoio do setor de ciência e tecnologia, que tem demonstrado muita competência nas pesquisas que realiza."

A discussão sobre o tema prossegue no dia 10 de setembro, às 10h (ver programação nas páginas 4 e 5), durante o seminário "Instrumentos de Indução à Inovação Tecnológica", no qual serão apresentadas as conclusões de um estudo sobre o tema concluído recentemente pelo Núcleo de Política e Gestão de Ciência e Tecnologia (NPGCT) da USP. O estudo descreve os principais instrumentos de indução à inovação utilizados no Canadá, Estados Unidos, França, Japão, Índia, Coréia do Sul e Brasil.



Oswaldo José dos Santos/Agência USP

Ivanov, um humanista
no Congresso dos
Deputados do Povo

O Congresso dos Deputados do Povo da URSS

Em março deste ano, no 3º Congresso dos Deputados do Povo da União Soviética, Mikhail Gorbachev foi eleito presidente com 60% dos votos, mesmo índice de aprovação popular que ele tinha naquela época. Hoje, o apoio da opinião pública a Gorbachev diminuiu, contrastando com a popularidade que ele possui no Ocidente. A informação é do professor Viatcheslav V. Ivanov, catedrático de Teoria e História da Cultura Mundial da Universidade de Moscou, membro da Academia de Ciências da União Soviética e integrante do Congresso dos Deputados do Povo. Foi sobre o Congresso que ele proferiu conferência no IEA em agosto, apresentando suas impressões sobre as três convocações já realizadas.

Nacionalismo

A queda na popularidade interna de Gorbachev deve-se, segundo Ivanov, ao fato de ele ser responsabilizado "em parte" pelo fracasso do plano econômico, pelas poucas reformas econômicas e também pela atitude do governo em relação aos movimentos nacionalistas e de independência da Geórgia e das repúblicas bálticas (Lituânia, Letônia e Estônia).

Ivanov disse que o agravamento das tensões nas repúblicas soviéticas ocorreu porque não foram aprovadas reformas urgentes nas relações entre elas, como havia proposto o físico e deputado Andrei Sakharov no 1º Congresso (maio/junho de 1989).

Ele contou que ao ser eleito deputado (assim como outros 19 cientistas

indicados pela Academia de Ciências), encontrou no Congresso o físico Sakharov, o poeta Ivetuchenko e outros intelectuais que conhecia. Em torno deles acabou se formando o chamado Grupo de Moscou. Representantes do grupo insistiram com Gorbachev para que o 1º Congresso fosse transmitido pela televisão. Isso foi aprovado e acabou propiciando muita repercussão para a atuação do grupo. "As pessoas praticamente não trabalharam durante o período do Congresso. Houve casos de apresentações teatrais em que o público exigia que um aparelho de TV permanecesse ligado, com a transmissão dos trabalhos, enquanto a peça era apresentada."

Militares

"O dia mais dramático foi quando um jovem soldado que havia sido gravemente ferido no Afeganistão levantou-se e falou contra as posições de Sakharov", disse Ivanov. Para ele, tudo indicava que o rapaz estava sendo usado por um grupo de militares que tramava a possibilidade de um golpe. "Seria um desastre para a União Soviética, e ainda não está afastada essa ameaça." Em uma sessão posterior, acrescentou, o ex-comandante das tropas soviéticas no Afeganistão fez um discurso com o mesmo conteúdo daquele feito pelo soldado. "Esse comandante poderia ser um candidato a ditador, caso houvesse ocorrido um golpe militar."

Segundo Ivanov, na época das eleições para o Congresso, os militares queriam eleger o maior número possí-

vel de deputados. "São muitos os distritos militares, e eles elegeram muitos representantes em eleições de duvidoso caráter democrático."

Multipartidarismo

Nos últimos dias do 1º Congresso, a oposição formou um grupo chamado de Inter-Regional. Em agosto de 1989 começaram a eclodir várias greves, sobretudo de mineiros. A reivindicação principal era a revogação do artigo 6º da Constituição, que prevê apenas o Partido Comunista para o país.

Um dia antes do início do 2º Congresso, houve um encontro de integrantes do Inter-Regional com Gorbachev para reivindicar a revogação daquele artigo. Ivanov considera que Gorbachev agiu de forma taticamente correta ao responder que o próprio Partido Comunista deveria solicitar a revogação, "mas também essa discussão demorou demais, com danos para todo o país". Em seguida, durante o 2º Congresso, ocorreu a morte de Sakharov, que "abalou toda a União Soviética e repercutiu no próprio Gorbachev".

Novas medidas

No momento, Gorbachev, Yeltsin e um grupo de economistas estão elaborando um conjunto de medidas a ser proposto no dia 10 de setembro, quando o Soviet Supremo se reunirá. Ivanov disse que essas medidas, se aprovadas, serão um passo adiante para a adoção do livre mercado: "Esse passo é perigoso para o país, mas não se vê outra saída por enquanto".